

O perfil de crianças atendidas por uma casa de acolhimento da cidade de Pelotas/RS

SANTO, Manuela Almeida da Silva (autor)
PALUDO, Simone dos Santos (orientador)
manuelassanto@gmail.com

Evento: X Seminário de Ensino
Área do conhecimento: Ciências Humanas/Psicologia

Palavras-chave: casa de acolhimento; levantamento de dados; crianças em situação de acolhimento

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a apresentar o perfil de crianças atendidas por uma casa de acolhimento localizada na cidade de Pelotas/RS. Tal atividade fez parte do estágio curricular em Psicologia Institucional e Comunitária, ocorrido no ano de 2014, com duração anual. Dentre outros objetivos, o estágio buscou criar e desempenhar algumas atividades pertinentes ao contexto local, sendo, uma delas, o delineamento do perfil das crianças atendidas pela casa – além de suas redes de apoio social e afetiva. Esta proposta buscou melhor sistematizar e caracterizar o trabalho desempenhado pela instituição, auxiliando na construção da sua identidade e da demanda por ela atendida. Tais necessidades justificaram-se pelo fato de, em razão da grande quantidade de funções a serem desempenhadas pela equipe local, esse serviço não possuía um levantamento estatístico acerca do seu público-alvo, o que dificultava, em certos momentos, a avaliação e aprimoramento do atendimento prestado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As casas de acolhimento são compreendidas como um dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que oferecem acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101). Tal medida se justifica no caso de crianças e adolescentes que tenham tido algum dos seus direitos violados e se encontrem em situação de risco social e pessoal, seja por meio de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, situação de rua e situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, 2004). São, portanto, nesses serviços que as crianças permanecem o tempo suficiente até que suas famílias atinjam as condições necessárias para recebê-las de volta ou, então, até que possam ser colocadas em uma família substituta.

Lessa et al. (2005) falam que, no que se refere à função social do abrigo, entende-se esta como uma possibilidade de propiciar um espaço – e um tempo – para a família se organizar, repensar, e poder reintegrar-se de uma maneira que seja facilitadora do desenvolvimento de seus membros. Para Machado (2011) é preciso atentar para a heterogeneidade presente no contexto das instituições de acolhimento, pois, além da diversidade de motivos que levam à institucionalização das crianças e adolescentes, há também uma diversidade de vivências por cada

uma delas no abrigo.

3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)

O levantamento de dados acerca do perfil das crianças acolhidas pela referida instituição e das suas redes de apoio social e afetivas foi feito através da leitura dos Planos Individuais de Atendimento (PIA) das crianças atendidas pelo serviço. Todos os dados coletados foram organizados em um banco na plataforma de dados *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Esse levantamento compreendeu o fluxo de crianças na referida instituição no período de 1º de janeiro a 5 de dezembro do ano de 2014, incluindo aquelas que já estavam em anos anteriores e, durante esse ano, permaneceram acolhidas por um período de tempo.

4 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Os resultados obtidos no levantamento de dados indicaram a passagem de 49 crianças ao total durante o período pesquisado, assinalando a prevalência de crianças na cor branca e um equilíbrio de ambos os sexos. Além disso, os resultados mostraram que: a idade de maior percentual das crianças que chegam na casa é entre 1 e 2 anos de idade; a maioria das crianças desacolhidas voltam à sua família de origem; mais da metade do total pesquisado teve como motivo de acolhimento alegado “negligência”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O delineamento do perfil das crianças atendidas pela casa de acolhimento pesquisada demonstrou convergências com pesquisas nacionais semelhantes realizadas (IPEA, 2004). Em relação ao serviço de acolhimento, a realização dessa atividade teve impacto positivo na equipe, que, após o recebimento dos resultados, pode caracterizar melhor o seu público, percebendo-o através de outras perspectivas que não as usualmente utilizadas. Além disso, a sistematização desses documentos teve contribuição na intersecção com o poder judiciário e na otimização do serviço desempenhado pela instituição.

REFERÊNCIAS

Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília.

LESSA, L. L., PARISOTO, J. S., ANDRADE, P. T. & SEQUEIRA, V. C. Reflexões sobre os caminhos de atuação profissional em abrigos. **Boletim de Iniciação Científica em Psicologia**, vol.6, n.1, p.42-50, 2005.

MACHADO, V. R. (2011). A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente. **Revista Serviço Social & Sociedade**, vol.13, n.2, p.143-169, 2011.

IPEA. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil** (Silva, E. R. A., Coord.). Brasília, 2004.

PNAS. **Plano Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.